

Um escândalo para encerrar o mandato

Quando se esperava que a atual legislatura se encerrasse melancolicamente com o murro do deputado José Lourenço no pé-do-ouvido do deputado Amaral Netto, soa como escândalo a confirmação de que alguns deputados derrotados na última eleição estão cobrando dinheiro ou favores pela transferência de apartamentos funcionais e gabinetes na Câmara.

O primeiro alerta tinha sido dado no dia 16 de novembro, pelo deputado eleito Luis Piauyllino (PSB-PE), 43 anos, primeiro mandato. Depois de passar uma semana em Brasília, Piauyllino voltou a Recife espantado com o que vira: os corredores do Congresso estavam transformados em mercado persa. Segundo ele, deputados derrotados queriam negociar desde funcionários a equipamentos, sobretudo microcomputadores, para entregar seus gabinetes aos novos deputados.

A denúncia de Piauyllino, entretanto, era genérica, não indicava nomes nem pistas. Ontem, reportagem do **JORNAL DO BRASIL** revelou mais detalhes desses negócios. O deputado Ziza Valladares (PSDB-MG), por exemplo, conta que foi abordado por um funcionário da Câmara que se ofereceu para intermediar a transferência de seu gabinete e apartamento por Cr\$ 1,3 milhão. "O que é isso, rapaz. Não posso sair vendendo o que não é meu", reagiu Ziza. Um assessor do deputado Percival Muniz (PMDB-MT), Maxwell Gadia, afirmou que "é difícil conseguir hoje um gabinete no Anexo IV sem grana no meio".

Esses negócios têm outra moeda, além de dinheiro. Os deputados derrotados às vezes condicionam a entrega de gabinete ao aproveitamento de seus funcionários temporários. Esses funcionários, segundo o diretor geral da Câmara, Ademar Sabino, são cerca de 1.800. Seus contratos valem exatamente pelo tempo do mandato do parlamentar. Cada deputado pode contratar até nove funcionários nesse quadro provisório. Em pânico com a perda do emprego a partir de 1º de fevereiro, quando os novos deputados assumem e, certamente, querem nomear os funcionários de sua própria equipe, os servidores entram nas trocas de gabinete como moeda de negociação.

Nada poderia ser mais deprimente do que essas transações, no final de uma legislatura marcada por duas características aparentemente contraditórias: deu grande contribuição ao desgaste dos políticos diante da opinião pública, mas também abriu caminho para que o Congresso tenha importância decisiva nas grandes questões nacionais.

Esta foi a legislatura que produziu a Constituição de 1988, na

qual os poderes do Congresso e os direitos dos cidadãos foram ampliados. Mas também é a legislatura em que deputados e senadores aumentaram seus próprios direitos, trocando por estações de rádio e televisão o voto no plenário a favor do mandato de cinco anos do presidente José Sarney.

É a legislatura que, mesmo nos seus últimos dias, conseguiu mostrar a um presidente da República arrogante e com patrimônio de 35 milhões de votos que ele não tem condições de governar sozinho, sem o Congresso. Mas também é a legislatura que ficou inerte diante da faculdade do presidente da República de editar medidas provisórias ilimitadamente.

É uma legislatura que até se empenhou em purificar a representação, cassando os mandatos de três deputados, dois deles por ausência no plenário e um por corrupção, episódios em que se deve reconhecer o empenho pessoal do presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade. Mas é a mesma que não instalou a comissão de ética e a procuradoria criadas há um ano no regimento interno para apurar rotineiramente desvios de conduta.

O leilão de apartamentos e gabinetes mancha a imagem do Congresso exatamente no momento em que se consolida a consciência de que nenhum pacto para vencer a crise econômica do país poderá ser celebrado sem a participação de seus líderes. Ou seja, pacto sem o Congresso, como também sem outras entidades e outros líderes de empresários e de trabalhadores, agora os de São Paulo, é diversãoismo, "conversa flácida para dormir bovino", como dizia Zezinho Bonifácio.

O escândalo surge, também, na última semana de trabalho do ano, em que o Congresso tem que votar projetos sobre a política salarial; o orçamento da União para 1991, no valor corrigido de Cr\$ 25 trilhões; suplementações orçamentárias para 1990, no valor global de Cr\$ 2,5 trilhões; e a taxa rodoviária que substitui o selo pedágio.

A denúncia não pode ficar sem apuração. Há pistas e nomes. Se há quem venda apartamentos e gabinetes, também há quem os compre. É preciso afastar logo a dolorosa suspeita de que a renovação tão almejada da representação parlamentar levou a Brasília gente capaz dessas negociações.

Esta seria apenas a providência imediata. A vacina contra episódios dessa natureza está na proposta de reforma da estrutura da Câmara, elaborada pelo grupo chamado Novo Parlamento, uma idéia dos deputados Miro Teixeira (PDT-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Michel Temer (SP), Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e João Paulo (PT-MG). Uma das mudanças prevê a retirada de funções burocráticas da Mesa da Câmara.